Litel Participações S.A. Balanços Patrimoniais Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consol	Consolidado	
		2017	2016	2017	2016	
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	302.075	50.636	302.421	51.699	
Tributos a recuperar	6	509.441	461.328	520.671	464.472	
Dividendos e juros sobre o capital próprio	7	1.304.752	372.418	937.153	18.260	
Total do circulante	,	2.116.268	884.382	1.760.245	534.431	
Total do circulante		2.110.200	004.502	1.700.243	334,431	
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Depósitos judiciais		-	63	-	63	
Investimentos	7	31.072.976	27.968.195	31.432.819	28.321.539	
Total do não circulante		31.072.976	27.968.258	31.432.819	28.321.602	
Total do ativo		33.189.244	28.852.640	33.193.064	28.856.033	
Passivo						
Circulante						
Imposto de renda e contribuição		-0		-0-1		
social	8	585.476	-	585.476	-	
Tributos e contribuições a pagar	8	39.456	15.591	43.230	18.953	
Outras contas a pagar		176	159	222	190	
Total do circulante		625.108	15.750	628.928	19.143	
Não Circulante						
Dividendos e juros sobre o capital						
próprio	9 f)	5.355.047	4.664.542	5.355.047	4.664.542	
Total do não circulante		5.355.047	4.664.542	5.355.047	4.664.542	
Total do passivo		5.980.155	4.680.292	5.983.975	4.683.685	
Patrimônio líquido	9					
Capital Social		7.106.481	7.106.481	7.106.481	7.106.481	
Ajustes de Avaliação Patrimonial		9.268.386	7.855.420	9.268.386	7.855.420	
Reservas de Lucros		10.834.222	9.210.447	10.834.222	9.210.447	
Total do patrimônio líquido		27.209.089	24.172.348	27.209.089	24.172.348	
Total do passivo e patrimônio		22 190 244	20 052 640	22 102 064	20 054 022	
líquido		33.189.244	28.852.640	33.193.064	28.856.033	

Litel Participações S.A. Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto o resultado por ações do capital social

	Nota	Contro	ladora	Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas	10 b)	(117.524)	(20.220)	(128.091)	(22.043)
Resultado de participações societárias em controladas	7	3.478.338	2.606.525	3.489.055	2.608.197
Lucro operacional		3.360.814	2.586.305	3.360.964	2.586.154
Receitas (despesas) financeiras	10 a)				
Receitas financeiras		59.595	49.900	59.879	50.056
Despesas financeiras		(29.693)	(492)	(30.939)	(497)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.390.716	2.635.713	3.389.904	2.635.713
Imposto de renda e contribuição social:					
Corrente		(667.620)	-	(668.029)	-
Diferido		7.327	-	8.548	-
Lucro líquido do exercício		2.730.423	2.635.713	2.730.423	2.635.713
Lucro por ações do capital social – básico diluído – em R\$	e .	9,91	9,57	9,91	9,57

Litel Participações S.A. Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais

	Controladora e consolidado		
	2017	2016	
Lucro líquido do exercício	2.730.423	2.635.713	
Ajustes de conversão reflexos do exercício			
Ajustes acumulados de conversão	1.229.943	(2.650.748)	
	1.229.943	(2.650.748)	
Ajustes de avaliação patrimonial reflexos			
Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexos	(163.252)	(51.474)	
Hedge de fluxo de caixa reflexo	(126.461)	5.040	
	(289.713)	(46.434)	
Total do resultado abrangente	3.670.653	(61.469)	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais

		Reservas de lucros				
	Capital social 7.106.481	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	7.100.481	1.421.296	3.834.307		10.330.316	24.932.660
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.635.713	-	2.635.713
Ajustes acumulados de conversão reflexos	-	-	-	-	(2.650.748)	(2.650.748)
Ajustes de avaliação patrimonial reflexos	-	-	-	-	2.086	2.086
Hedge de fluxo de caixa reflexos	-	-	-	-	5.040	5.040
Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexos	-	-	-	-	(51.474)	(51.474)
Destinação do resultado do exercício:	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	(496.929)	-	(496.929)
Juros sobre capital próprio deliberados	-	-	(42.000)	(162.000)	-	(204.000)
Constituição de reservas	-	-	1.976.784	(1.976.784)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	7.106.481	1.421.296	7.789.151		7.855.420	24.172.348
Lucro líquido do exercício		-		2.730.423		2.730.423
Ajustes acumulados de conversão reflexos	-	-	_	_	1.229.943	1.229.943
Ajustes de avaliação patrimonial reflexos	-	-	_	-	(52.210)	(52.210)
Hedge de fluxo de caixa reflexos	-	-	_	-	(126.461)	(126.461)
Obrigações com benefícios de aposentadoria reflexos	-	-	_	-	(163.252)	(163.252)
Efeito da troca de ações ON/PN da Vale	-	-	-	-	524.946	524.946
Destinação do resultado do exercício:	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio deliberados	-	-	(383.147)	(723.501)	-	(1.106.648)
Constituição de reservas	-	-	2.006.922	(2.006.922)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	7.106.481	1.421.296	9.412.926		9.268.386	27.209.089

Litel Participações S.A. Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
-	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	2.730.423	2.635.713	2.730.423	2.635.713
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício				
Resultado de equivalência patrimonial	(3.478.338)	(2.606.525)	(3.489.055)	(2.608.384)
_	(747.915)	29.188	(758.632)	27.329
Variações nos ativos e passivos				
Tributos a recuperar	(124.813)	(67.889)	(126.594)	(69.900)
Tributos e contribuições a pagar	686.041	15.374	686.454	18.688
Outras provisões	18	(7)	33	(41)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	199.992	148.408	203.554	149.580
Ativos de incorporação Litelb	-	761	-	-
Depósito judicial	63		63	
<u>-</u>	761.301	96.647	763.510	98.327
Caixa líquido provenientes das atividades	13.386	125.835	4.878	125.656
operacionais				
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	679.265		687.056	
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento	679.265		687.056	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(441.212)	(114.093)	(441.212)	(114.093)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(441.212)	(114.093)	(441.212)	(114.093)
Aumento do caixa e equivalentes no exercício	251.439	11.742	250.722	11.563
Caixa e equivalentes no início do exercício	50.636	38.894	51.699	40.136
Caixa e equivalentes no final do exercício	302.075	50.636	302.421	51.699
• =				

Litel Participações S.A. Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta Receita de produtos e serviços	-	-	-	-
Insumos adquiridos de terceiros Serviços contratados	(6.883) (6.883)	(2.513) (2.513)	(7.462) (7.462)	(2.971) (2.971)
Valor adicionado líquido	(6.883)	(2.513)	(7.462)	(2.971)
Valor adicionado recebido em				
transferência de terceiros	3.537.933	2.656.425	3.548.934	2.658.253
Resultado de participações societárias	3.478.338	2.606.525	3.489.055	2.608.197
Receitas financeiras	59.595	49.900	59.879	50.056
Atualização Selic s/ IR a compensar	32.030	44.634	32.056	44.744
Rendimento s/ Títulos de renda fixa	27.565	5.266	27.823	5.312
Valor adicionado total a distribuir	3.531.050	2.653.912	3.541.472	2.655.282
Impostos federais				
PIS e COFINS	110.641	17.707	120.629	19.072
IOF sobre aplicações financeiras	354	44	449	48
Imposto de renda e contribuição social	667.600		660.000	
corrente	667.620	-	668.029	-
Contribuição social diferida	(7.327)	-	(8.548)	-
Despesas financeiras	29.339	448	30.490	449
Lucro líquido retidos	2.730.423	2.635.713	2.730.423	2.635.713
Valor adicionado distribuído	3.531.050	2.653.912	3.541.472	2.655.282

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

1 Contexto operacional

A Litel Participações S.A. ("Litel" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 21 de julho de 1995 e tem por objetivo a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais com sede no Brasil ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam os objetos sociais. A Companhia possui participação direta na Litela Participações S.A. ("Litela") e conjuntamente são denominadas "Grupo". A Litel possui também participação de forma direta na Vale S.A. ("Vale") e de forma indireta por meio de sua controlada Litela.

A Litela é uma sociedade por ações de capital fechado, integralmente controlada pela Companhia, cujo objeto é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto, que tem como atividade preponderante a pesquisa, produção e comercialização de minério de ferro e pelotas, níquel, fertilizantes, cobre, carvão, manganês, ferro-ligas, cobalto, metais do grupo de platina e metais preciosos.

A Companhia detinha participação na Valepar S.A. ("Valepar"), que foi incorporada pela Vale em 14 de agosto de 2017, sendo uma sociedade por ações de capital fechado que tinha por objeto participar exclusivamente como acionista controladora da Vale.

A Litel também possuía participação direta na Litelb Participações S.A. ("Litelb"), sociedade por ações de capital fechado, da qual detinha integralmente seu controle. Em 7 de julho de 2016 a Litelb foi incorporada pela Litel.

A Companhia é signatária do Acordo de Acionistas da Vale firmado em 14 de agosto de 2017, o qual estabelece as condições que regem os direitos e obrigações decorrentes da condição de acionista da Vale, regulando, por exemplo, o exercício do direito de voto, a indicação de membros ao Conselho de Administração e Diretoria da Vale, assim como, o direito de preferência.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2018.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

2.1 Base de apresentação

Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

2.2 Consolidação

a. Controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia refletem os saldos de ativos, passivos e patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, e as operações da Companhia e de sua controlada direta Litela para aqueles exercícios.

b. Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em controladas em conjunto e coligadas inclui ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado. A participação do Grupo nos resultados abrangentes de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado abrangente. A participação do Grupo nas demais movimentações patrimoniais de seus empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma controlada em conjunto e coligada for igual ou superior a sua participação na controladas em conjunto, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em seu nome.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e seus empreendimentos controlados em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas em conjunto e coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Se a participação acionária for reduzida, mas for retido o controle conjunto ou a influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em empreendimentos controlados em conjunto, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em função de o ágio (*goodwill*), integrar o valor contábil dos empreendimentos controlados em conjunto, ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Em vez disso, o valor contábil total do investimento é testado como um único ativo, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável. Tal evidência pode ser obtida pela existência de uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo.

As participações da Companhia na sua controlada e na controlada em conjunto, excluídas as ações em tesouraria, são as seguintes:

	% de participação no	capital total	
Controladas	2017	2016	
Direta (consolidada)			
Litela Participações S.A.	100,00%	100,00%	
Em conjunto (avaliadas pelo MEP)			
Vale S.A. (*)	21,33%	-	
Valepar S.A. (**)	-	58,07%	

^(*) Inclui 19,46% de participação direta e 1,87% de participação indireta por meio da Litela Participações S.A.

c. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada e a controlada em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As informações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Os ajustes de conversão e de instrumentos financeiros reconhecidos no patrimônio líquido das investidas são registrados de maneira reflexa em outros resultados abrangentes no momento do ajuste da equivalência patrimonial.

^(**) Inclui 52,984% de participação direta e 5,082% de participação indireta por meio da Litela Participações S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

2.4 Ativos Financeiros

a. Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

c. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

d. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 *Impairment* de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras:
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para ativos não financeiros de longa duração quando há indicação de redução do valor recuperável é identificado o menor grupo de ativos para os quais existam fluxos de caixa separadamente identificável ("unidade geradora de caixa" ou "UGC") e é realizado teste de *impairment* para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada à necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os saldos de *goodwill* são testados para *impairment* pelo menos uma vez por ano.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata e vencimento original em até três meses.

2.7 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.8 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido, todas sem valor nominal. As ações preferenciais possuem os mesmos direitos das ações ordinárias, com exceção do voto para eleição de membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado.

2.9 Demonstração do valor adicionado

A Companhia divulga suas demonstrações do valor adicionado (DVA), consolidadas e da controladora, de acordo com os pronunciamentos do CPC 09, que são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas.

IFRS 9 Financial instruments / CPC 48 Instrumentos financeiros - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1° de janeiro de 2018 e a Companhia não espera nenhum impacto na adoção deste pronunciamento.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers / CPC 47 Receita de contrato com cliente - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1° de janeiro de 2018 e a Companhia não espera nenhum impacto na adoção deste pronunciamento, uma vez que não possui transações da natureza a que ele se refere.

IFRS 16 Leases / CPC 06 Operações de arrendamento mercantil - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 - Leases e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1° de janeiro de 2019 e a Companhia não espera nenhum impacto na adoção deste pronunciamento, uma vez que não possui transações da natureza a que ele se refere.

4 Gestão de riscos

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Os riscos aos quais a Companhia está exposta decorrem substancialmente, das operações realizadas pela Vale.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

A Vale desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com ela (risco de crédito), aqueles inerentes aos processos produtivos (risco operacional) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controla	dora	Consolidado		
	2017 2016		2017	2016	
Disponibilidades		7	5	8	
Fundos de Investimentos	302.073	37.887	302.416	38.949	
Operações compromissadas DI	<u>-</u>	12.742	<u> </u>	12.742	
	302.075	50.636	302.421	51.699	

Está representada substancialmente pelos depósitos bancários à vista e em aplicações em fundos de investimentos de curto prazo, administrados pela BB Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.(Banco do Brasil) e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos de renda fixa, objetivando acompanhar a rentabilidade do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic. O rendimento acumulado do referido fundo em 2017 foi de 9,94% (13,62% em 2016).

6 Tributos a recuperar

_	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ e CSLL	383.142	435.812	387.661	436.746
IRRF sobre recebimentos de JCP	121.278	24.952	127.951	27.154
IRRF sobre aplicações financeiras	5.021	564	5.058	572
	509.441	461.328	520.671	464.472

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes.

Os tributos a recuperar classificados no ativo circulante correspondem aos montantes estimados a serem compensados em até 12 meses.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

7 Investimentos

a. Investimentos - controladora

Dados das controladas	Litela	Litelb	Valepar	Vale
Patrimônio líquido em:				
31 de dezembro de 2016	2.420.854	948	47.443.028	127.240.523
31 de dezembro de 2017	2.727.196	-	-	143.757.534
Lucro líquido em:				
31 de dezembro de 2016	226.643	80	4.492.042	13.311.455
31 de dezembro de 2017	294.681	-	-	17.627.201
Percentual de participação em:				
31 de dezembro de 2016	100%	100%	52,98%	-
31 de dezembro de 2017	100%	-	-	19,46%
Quantidade de ações possuídas em:				
31 de dezembro de 2016	28.386.271	800	838.308.129	-
31 de dezembro de 2017	28.386.271	-	-	1.011.457

A movimentação de proventos deliberados e pagos por suas controladas, referentes aos exercícios 2017 e 2016, está composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo Inicial	372.418	354.479	18.260	134
JCP deliberados no exercício	1.166.024	166.347	1.231.813	167.706
IRRF s/ JCP deliberados no exercício	(174.924)	(24.952)	(184.792)	(25.156)
Recebimento de JCP no exercício	(622.861)	(123.456)	(669.635)	(124.424)
Dividendos deliberados no exercício	126.390	-	17.421	-
Recebimento de dividendos no exercício	(56.404)	-	(17.421)	-
JCP proposto - destinação do resultado da Vale	494.109	-	541.507	-
	1.304.752	372.418	937.153	18.260

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Movimentação dos investimentos (Controladora)	Litela	Litelb	Valepar	Vale	Total
Saldos em 31/12/2015	2.483.943	948	25.369.427	_	27.854.318
Equivalência patrimonial	226.643	(187)	2.380.069		2.606.525
Juros sobre o Capital Próprio	(13.320)	-	(153.026)	-	(166.346)
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	(235.905)	-	(2.459.192)	-	(2.695.097)
Efeitos incorporação Litelb		(761)			(761)
Saldos em 31/12/2016	2.461.361	-	25.137.278	-	27.598.639
Dividendos deliberados	(82.552)		(715.287)		(797.839)
Equivalência patrimonial	114.349	-	1.306.072	-	1.420.421
Troca de ações PN por ON	77.350	-	806.320	-	883.670
Ajustes de avaliação					
patrimonial - Reflexo das controladas	12.969		135.201		148.170
Sub-total	2.583.477	-	26.669.584	-	29.253.061
Alteração do investimento em 14/08/2017	-	-	(26.669.584)	26.669.584	-
Equivalência patrimonial	180.334	_	_	1.877.584	2.057.918
Dividendos e JCP deliberados	(69.987)	-	-	(918.697)	(988.694)
Ajustes de avaliação patrimonial - Reflexo das controladas	64.751	-	-	675.098	739.850
Troca de ações PN por ON	(31.379)	-	-	(327.345)	(358.724)
Saldo de investimentos em 31/12/2017	2.727.196		-	27.976.224	30.703.420
Ágio sobre investimento	-	-	-	369.556	369.556
Saldo de investimentos + ágio em 31/12/2017	2.727.196			28.345.780	31.072.976

i. Valepar S.A. e sua incorporação

Com o objetivo de viabilizar a listagem da Vale no segmento especial do Novo Mercado da B3 e a transformá-la em uma sociedade sem controle definido, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de junho de 2017, a restruturação da governança corporativa da Vale. Essa operação de restruturação consistiu nas seguintes etapas:

- (i) Conversão voluntária das ações preferenciais classe A da Vale em ações ordinárias na relação de 0,9342 ação ordinária por ação preferencial;
- (ii) Alteração do Estatuto Social da Vale para adequá-lo, tanto quanto possível, às regras do Novo Mercado até que se possa, de forma efetiva, listar a Vale neste segmento especial; e
- (iii) Incorporação da Valepar pela Vale com uma relação de substituição que contemplasse um acréscimo do número de ações detido pelos acionistas da Valepar de, aproximadamente,

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

10% em relação à posição acionária atual da Valepar na Vale, e representasse uma diluição de cerca de 3% da participação dos demais acionistas da Vale em seu capital social.

Tendo em vista ter sido verificada a adesão de mais de 54,09% das ações preferenciais classe "A" (excluídas as ações em tesouraria) de emissão da Vale à conversão voluntária aprovada, foi realizada, em 14 de agosto de 2017, Assembleia Geral Extraordinária da Valepar S.A., na qual foi a aprovada a incorporação desta pela Vale.

Em virtude da referida incorporação e consequente extinção da Valepar S.A., a Companhia e sua controlada Litela Participações S.A. passam a deter participação direta na Vale.

Como consequência da referida incorporação, a Companhia aumentou sua participação no capital social da Vale de 19,57% (indireta em conjunto) para 21,33% (direta em conjunto), tendo apurado um ganho de R\$ 524.946, que foi contabilizado diretamente no patrimônio líquido.

O objeto social da Valepar era exclusivamente o de participar como acionista no capital social da Vale, da qual possuía 1.716.435 mil ações ordinárias e 20.340 mil ações preferenciais representativas de 33,70% do capital total e 53,90% do capital votante, ambos os percentuais desconsiderando as ações em tesouraria, sendo 1.265.316 mil ações ordinárias adquiridas em leilão de privatização, 303.272 mil ações ordinárias através de incorporação ao seu capital das ações detidas anteriormente pela Litel e, 168.187 mil ações, adquiridas pela Valepar em julho de 2008, sendo 147.847 mil ações ordinárias e 20.340 mil ações preferenciais, através de Oferta Global de Ações da Vale.

Em 14 de agosto de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o capital social da Valepar era dividido em 1.582.187 mil ações, sendo 1.300.906 mil ações ordinárias, e 281.281 mil ações preferenciais classe A. Nessa mesma data, o investimento direto da Litel na Valepar correspondia a 838.308 mil ações representativas de 52,984% do capital total da Valepar.

Na Assembleia Geral Ordinária da Valepar realizada em 28 de abril de 2017 foi deliberado a título de JCP o montante de R\$ 699.391 e a título de dividendos o montante de R\$ 15.896, correspondentes ao percentual de participação da Litel, e foram liquidados na mesma data.

ii. Vale S.A.

A Vale é uma sociedade anônima de capital aberto com seus títulos negociado nas bolsas de São Paulo – B3 (Vale3 e Vale5), Nova York – NYSE (VALE e VALE.P), Paris – NYSE Euronext (Vale3 e Vale5) e Madri – LATIBEX (XVALO e XVALP).

A Vale é produtora global de minério de ferro e pelotas, matérias-primas essenciais para a indústria siderúrgica e produtores de níquel, com aplicações na indústria de aço inoxidável e ligas metálicas utilizadas na produção de diversos produtos. A Vale também produz cobre, carvão térmico e metalúrgico, manganês, ferroligas, metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto.

Em 14 de agosto de 2017, a Litel, a Bradespar S.A., o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e a Mitsui & Co. Ltd. celebraram Acordo de Acionistas da Vale, vinculando 20% das ações ordinárias de emissão da Vale pelo prazo de três anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

Em 18 de outubro de 2017, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Vale e na Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais Classe "A" da Vale a proposta de conversão da totalidade das ações preferenciais Classe "A" em ações ordinárias da Vale, na proporção de 0,9342 ação ordinária para cada ação preferencial Classe "A" detida. Desse modo, o capital social da Vale ficou dividido em 5.197.432 mil ações ordinárias, excluídas as ações em tesouraria.

Na Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Vale realizada em 14 de dezembro de 2017 foi deliberado a título de JCP o montante de R\$ 424.723, correspondente ao percentual de participação da Litel, e R\$ 40.743 correspondente ao percentual de participação da Litela.

Em 31 de dezembro de 2017, o investimento direto da Litel na Vale corresponde a 1.011.457 mil ações ordinárias, representativas de 19,46% do capital social total, excluídas as ações em tesouraria.

iii. Litela Participações S.A.

O saldo de investimento corresponde a 28.386 mil ações ordinárias representativas de 100% do capital total e votante da Litela, empresa constituída em 30 de janeiro de 2003. O objeto social da Litela é a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais, com sede no país ou no exterior, como sócia cotista ou acionista, quaisquer que sejam seus objetos sociais

Em 19 de dezembro de 2016 a Litela pagou à Companhia R\$ 9.923 referente ao saldo parcial da deliberação de JCP ocorrida em 30 de dezembro de 2011.

Em 26 de dezembro de 2016 a Litela deliberou à Companhia R\$ 13.320 à título de JCP referente a distribuição do resultado do exercício de 2016.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Litela realizada em 28 de abril de 2017 foi deliberado a título de JCP o montante de R\$ 42.044, correspondente ao percentual de participação da Litel, e o montante de R\$ 40.508 a título de dividendos, correspondente ao percentual de participação da Litel.

Em 31 de dezembro de 2017, o investimento direto da Litela na Vale corresponde a 97.027 mil ações ordinárias, representativas de 1,87% do capital social total, excluídas as ações em tesouraria.

iv. Litelb Participações S.A. e sua incorporação

Em 3 de julho de 2008, a Litel adquiriu 799 ações da companhia Thera Participações S.A, no valor de R\$ 790, representativas de 100% de seu capital social, e na mesma data, em Assembléia Geral Extraordinária alterou a razão social da companhia que passou a ser denominada Litelb Participações S.A. O objetivo da Companhia era participar como acionista por meio das ações preferenciais resgatáveis da Classe C da Valepar.

Tendo em vista a liquidação da operação de ações preferenciais resgatáveis, ocorrida no último trimestre de 2015, a Administração da Companhia resolveu pela incorporação da Litelb, uma

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

vez que a sociedade não possuía outras operações relevantes. A incorporação da Litelb pela Litel foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de julho de 2016.

Com a incorporação da Litelb e sua consequente extinção com o cancelamento das 800 ações ordinárias de sua emissão, a Litel passa a ser a sucessora legal daquela Sociedade, a título universal, em todos os bens, direitos e obrigações, passando o acervo patrimônio da Litelb a integrar o patrimônio da Litel, no montante de R\$ 761.

b. Investimentos - consolidado

Vale S.A.

	2017	2016
Valepar	_	25.137.278
Valepar (participação indireta no investimento da Litela)	-	2.411.360
		27.548.638
Vale	27.976.224	_
Vale (participação indireta no investimento da Litela)	2.683.694	-
	30.659.918	
	30.659.918	27.548.638
Ágio sobre o investimento da Litel na Vale	369.556	369.556
Ágio sobre o investimento da Litela na Vale	403.345	403.345
	772.901	772.901
	31.432.819	28.321.539

A amortização do ágio teve início em abril de 2001 e o saldo foi amortizado, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. O ágio não está sendo amortizado desde então, porém, sujeito ao teste de recuperabilidade (*impairment*).

Para fins de teste do valor recuperável do investimento, a Companhia analisou indicadores internos e externos, a partir de premissas disponíveis no mercado, tais como projeção de preço das *commodities* e volumes de produção. Foi considerado também o critério de valor de mercado, utilizando a média ponderada das ações da Vale no exercício de 2017.

Concluímos, portanto, que o valor da Companhia investida em 2017, segundo nossas estimativas, supera o montante do saldo contábil do investimento incluindo a parcela do ágio não amortizado, dessa forma não sendo requerido nenhum ajuste de *impairment*.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

8 Tributos e contribuições a pagar

	Controla	dora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
IRPJ e CSLL	585.476	<u>-</u>	585.476		
	585.476		585.476	-	
PIS e COFINS	39.441	15.576	43.210	16.935	
IRRF sobre JCP	-	-	-	1.998	
Outros tributos a pagar	15	15	20	20	
	39.456	15.591	43.230	18.953	

Para o ano-calendário 2017 a Companhia optou pelo regime de lucro real anual. O valor de IRPJ e CSLL a pagar contempla os tributos registrados na parte B do LALUR relacionados ao investimento em Valepar que foi realizado com a operação de incorporação desta pela Vale.

Para pagamento do imposto corrente é utilizado o crédito de tributos a recuperar registrado no ativo circulante da Companhia.

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, que compõe o patrimônio líquido para fins contábeis, em 31 de dezembro 2017 e de 2016 é composto por 275.514.349 ações, sendo 247.128.345 ações ordinárias, 730 ações preferenciais Classe A e 28.385.274 ações preferenciais classe B, todas sem valor nominal.

Os acionistas em 31 de dezembro 2017 são os seguintes:

	Quantidade o	de ações						
Acionistas	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Fundo de Investimento em Ações Banco do Brasil Carteira Ativa	193.740.143	78,40%	249	34,11%	28.385.274	100,00%	222.125.666	80,62%
Fundo de Investimento em Ações Carteira Ativa II	31.688.443	12,82%	26	3,56%	-	0,00%	31.688.469	11,50%
Singular Fundo de Investimento em Ações	2.583.919	1,05%	2	0,27%	-	0,00%	2.583.921	0,94%
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	74	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	220	0,00%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	19.115.693	7,74%	161	22,05%	-	0,00%	19.115.854	6,94%
Fundação CESP	73	0,00%	146	20,00%	-	0,00%	219	0,00%
	247.128.345	100,00%	730	100,00%	28.385.274	100,00%	275.514.349	100,00%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

b. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite fixado pela legislação societária de 20% do capital social. Seu saldo é de R\$ 1.421.296.

A Companhia deixou de constituir em 2012 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

c. Reserva de lucros a realizar

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva, no montante de R\$ 9.412.926, poderá ser incorporada ao capital social ou distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

d. Distribuição de resultados

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a lei societária. O montante de passivos circulantes correspondentes aos dividendos a pagar representam obrigações da Companhia junto a seus acionistas. A Companhia delibera sobre o pagamento desses passivos com base no fluxo de dividendos que são recebidos da Vale. A administração acredita que os dividendos adicionais a serem recebidos de Vale no futuro, serão suficientes para quitar os dividendos em aberto, além dos dividendos mínimos obrigatórios gerados anualmente.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	2.730.423	2.635.713
Juros sobre capital próprio deliberados em RCA	723.501	162.000
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	-	496.928
Total distribuído	723.501	658.928
Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício	26%	25%

O saldo residual do lucro líquido do exercício foi destinado a reserva de lucros.

e. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada do total de ações emitidas durante o exercício. Durante os exercícios de 2017 e 2016 não houve variação na quantidade de ações ordinárias e preferenciais da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 31 de março de 2016, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 14.000 a título de JCP relativos à reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Em 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 14.000 a título de JCP relativos à reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Em 30 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 14.000 a título de JCP relativos à reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Em 16 de dezembro de 2016, os diretores da Companhia autorizaram a liquidação financeira de JCP remanescentes da distribuição deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2012, no valor de R\$ 114.093.

Em 26 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 162.000 a título de JCP relativos à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2016, que foram integralmente liquidados pela Companhia em 10 de maio de 2017.

Em 31 de janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 14.000 a título de JCP relativos à reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Em 28 de abril de 2017, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 369.147 a título de JCP relativos à reversão parcial da reserva de lucros a realizar constituída em exercícios anteriores.

Na Assembleia Geral Ordinária da Litel realizada em 28 de abril de 2017 foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao lucro do exercício de 2016 no valor de R\$ 496.929, que foram parcialmente liquidados pela Companhia em 10 de maio de 2017 no montante de R\$ 75.959.

Em 31 de agosto de 2017, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 367.464 a título de JCP relativos à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2017.

Em 5 de outubro de 2017, os diretores da Companhia autorizaram a liquidação financeira de JCP remanescentes da deliberação ocorrida na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2012, no valor de R\$ 203.253.

Em 28 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Litel deliberou R\$ 356.037 a título de JCP relativos à antecipação da destinação do resultado do exercício de 2017.

A movimentação de proventos propostos e pagos pela administração aos acionistas da Companhia referentes aos exercícios de 2017 e 2016 está composta da seguinte forma:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

	2017	2016
Saldo inicial	4.664.542	4.077.707
JCP deliberados no exercício	1.106.648	204.000
Pagamento de JCP no exercício	(365.253)	(114.094)
Dividendos deliberados no exercício	-	496.929
Atualização monetária de dividendos a pagar	25.069	-
Pagamento de dividendos no exercício	(75.959)	-
Saldo final	5.355.047	4.664.542

10 Despesas operacionais e resultado financeiro

a. Resultado Financeiro

	Control	adora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Receitas financeiras					
Aplicações financeiras	27.565	5.266	27.823	5.312	
Variações monetárias - créditos fiscais	32.030	44.634	32.056	44.477	
	59.595	49.900	59.879	50.056	
Despesas financeiras					
Variações monetárias - dividendos a					
pagar	(25.069)	-	(25.069)	-	
Tributos sobre receitas financeiras	(354)	(44)	(449)	(48)	
Outras despesas financeiras	(4.270)	(448)	(5.421)	(449)	
	(29.693)	(492)	(30.939)	(497)	
Resultado financeiro líquido	29.902	49.408	28.940	49.559	

b. Despesas Administrativas

	Control	adora	Consolidado		
	2017	2016	2017	2016	
Serviços - consultoria, infraestrutura e outros	(6.869)	(2.501)	(7.346)	(2.955)	
Remuneração de conselheiro	(7)	-	(7)	-	
Tributos e Contribuições (*)	(110.643)	(17.708)	(120.631)	(19.074)	
Outros	(5)	(11)	(107)	(14)	
	(117.524)	(20.220)	(128.091)	(22.043)	

^(*) Os tributos e contribuições referem-se, basicamente, ao PIS e COFINS incidentes sobre o montante de JCP deliberado pela Vale.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

11 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis e de outras naturezas. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa. Com base nessa avaliação, a Companhia constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável de perda. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui processos considerados como de perda provável. Os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme preceitos estabelecidos no CPC 25 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (IAS 37).

A Litel é parte de um Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia e a Bradespar S.A., no qual a Elétron requer o direito de adquirir um número especifico de ações ordinárias da Valepar S.A., e ser indenizada por eventuais perdas e danos. Nas sentenças parcial e final proferidas, respectivamente, nos anos de 2009 e 2011, o Tribunal Arbitral decidiu que a Bradespar e a Litel, de forma solidária estão obrigadas a proceder à venda de 37.500.000 ações ordinárias da Valepar S.A. à Elétron contra o pagamento de R\$ 632.007 corrigido pela UFIR-RJ, entre 12 de junho de 2007 e a data de seu efetivo pagamento, além de dividendos e juros sobre o capital próprio efetivamente pagos às ações objeto de transferência, a partir de 11 de junho de 2007. A Litel, por meio de seus advogados, ingressou com ação anulatória contra a sentença parcial e outra ação anulatória contra a sentença final ("Ações anulatórias") e os mesmos entendem que os prognósticos de êxito em ambas as ações anulatórias é possível e tais êxitos significariam a extinção das obrigações decorrentes de todo procedimento arbitral. Atualmente as ações anulatórias estão pendentes de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

Ainda relacionado a arbitragem supra mencionada, Litel e Bradespar também são parte numa ação de execução de sentença arbitral, que corre em segredo de justiça, proposta pela Elétron S.A. visando compeli-las à venda de 37.500.000 Ações Ordinárias da Valepar. Contra tal ação de execução os advogados da Litel apresentaram embargos à execução, o qual foi provido com efeito suspensivo. Posteriormente a Elétron pleiteou a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos, tendo o juízo acatado o pedido. Atualmente o processo encontra-se em fase de apuração dos valores em discussão, valor este que, uma vez definido, seria devido por Litel e Bradespar na proporção de 50% cada, havendo solidariedade entre elas. As partes ré apresentaram impugnação fundamentada por laudo divergente, preparado por seus peritos assistentes. O Juízo ainda não proferiu decisão acerca da Impugnação. Os assessores jurídicos classificam como possíveis as chances de anulação da decisão arbitral, e, bem assim, a comprovação da inexistência de perdas a serem indenizadas.

A Litel também é parte em outro Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Companhia, Bradesplan, Clube de Investimentos dos Empregados da Vale - Investvale e Sweet River Investments, no qual a Elétron requer em síntese, a condenação das Requeridas por supostos prejuízos correspondentes à diminuição indevida de sua participação no capital social da Valepar, considerada a época do aumento de capital, abrangendo os lucros cessantes, incluindo mas não se limitando aos dividendos e lucros sobre capital próprio. O valor da causa, neste momento, é indeterminável, uma vez que sua apuração dependeria de perícia técnica. Os

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário

advogados da Litel classificam a possibilidade de perda como possível. O procedimento arbitral ainda está na fase de nomeação do árbitro presidente.

Em 2015, dentro do mesmo contexto da ação de execução de sentença arbitral acima mencionada, a Elétron S.A. instaurou um novo procedimento arbitral visando o ressarcimento dos eventuais prejuízos que ainda serão apurados no decorrer da Arbitragem. O procedimento arbitral ainda está na fase de nomeação do árbitro presidente.

12 Partes relacionadas e remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não tem quaisquer saldos e/ou transações inseridas ou não inseridas no seu contexto operacional, bem como não possui quaisquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores, clientes ou financiadores com os quais a Companhia mantém uma relação comercial, exceto as aplicações em fundo de investimento no Banco do Brasil, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de dezembro de 2017 os conselheiros, por unanimidade, deliberaram autorizar a Diretoria da Companhia a efetuar o pagamento de uma remuneração mensal ao Conselho de Administração durante os meses de dezembro de 2017, inclusive, a abril de 2018, inclusive, no montante de R\$ 7 mensais.

13 Eventos subsequentes

Na Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Vale realizada em 27 de fevereiro de 2018 foram deliberados JCP relativos à destinação do lucro do exercício de 2017 no montante de R\$ 494.109, correspondente ao percentual de participação da Litel, que foram integralmente liquidados pela Vale em 15 de março de 2018.

* * *

Gueitiro Matsuo Genso – Diretor Presidente

Gilmar Dalilo Cezar Wanderley – Diretor Financeiro

Renato Proença Lopes – Diretor Administrativo

Marcel Juviniano Barros – Diretor sem designação específica

Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0